

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2021

*Elisabeth Barros de Santana*

**PREFEITA**



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELLO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA  
cesse em: <https://eicetce.pe.gov.br/epp/validador.seam> Código do documento: 93d7582-6e5e-458e-873d-td44d65fb62

**eitura Municipal de Brejão**

**RESOLUÇÃO 147/2021**

**BALANÇO  
PATRIMONIAL**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



# FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 4

### ISOLADO:4 - FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

**A) QUADRO PRINCIPAL**

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>149.509,64</b>	<b>139.810,37</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>83.164,62</b>	<b>237.204,60</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		148.145,64	138.446,37	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIAI</b>		4.400,00	11.995,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		148.145,64	138.446,37	PESSOAL A PAGAR		4.400,00	0,00
CONTA ÚNICA	F	111.186,71	103.357,89	PESSOAL A PAGAR	F	4.400,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	36.958,93	35.088,48	<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>		0,00	11.995,28
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	0,00	3.693,50
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>1.364,00</b>	<b>1.364,00</b>	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	8.301,78
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		1.364,00	1.364,00	<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO</b>		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	1.364,00	1.364,00	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>		19.834,55	103.455,98
FAMÍLIA PAGO				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		19.834,55	103.455,98
<b>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	FORNECEDORES NACIONAIS	F	19.834,55	103.455,98
ESTOQUES		0,00	0,00	<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO</b>		0,00	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES</b>		0,00	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMEN</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>PROVISÕES A CURTO PRAZO</b>		0,00	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>93.630,99</b>	<b>89.266,83</b>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>		58.930,07	121.753,34
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	VALORES RESTITUÍVEIS		58.930,07	121.753,34
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	CONSIGNAÇÕES	F	57.542,24	121.753,34
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>93.630,99</b>	<b>89.266,83</b>	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.387,83	0,00
<b>BENS MÓVEIS</b>		<b>109.584,60</b>	<b>100.757,10</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
BENS DE INFORMÁTICA	P	14.097,68	13.747,78	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIAI</b>		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	65.585,18	65.585,18	<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO</b>		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	9.364,07	9.364,07	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO</b>		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	20.537,67	12.060,07	<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO</b>		0,00	0,00
<b>(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS</b>		<b>-15.953,61</b>	<b>-11.490,27</b>	<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-15.953,61	-11.490,27	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>		0,00	0,00
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>RESULTADO DIFERIDO</b>		0,00	0,00
<b>DIFERIDO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>83.164,62</b>	<b>237.204,60</b>
<b>TOTAL</b>		<b>243.140,63</b>	<b>229.077,20</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>159.976,01</b>	<b>-8.127,40</b>				

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARRROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA

**FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Dezembro(31/12/2021)



Exercício de 2021

ISOLADO:4 - FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				<b>PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
				<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>		<b>159.976,01</b>	<b>-8.127,40</b>
				<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>		<b>159.976,01</b>	<b>-8.127,40</b>
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	104.895,81	71.750,16
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-8.127,40	-79.877,56
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	63.207,60	0,00
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>159.976,01</b>	<b>-8.127,40</b>
				<b>TOTAL</b>		<b>243.140,63</b>	<b>229.077,20</b>

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA  
 Acesso em: https://etec.tee.pe.gov.br/gpp/validaDoc.seam Código do documento: 93ef7582-ce5e-458e-873d-fd4fd65fb62

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY  
 SEC DE AÇÃO SOCIAL  
 843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA  
 CONTADOR  
 042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.  
 TESOUREIRO  
 103.218.494-93

**FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



3 de 4

**B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO	149.509,64	139.810,37	PASSIVO FINANCEIRO (83.164,62)+ Restos não Processado(0,00)	83.164,62	237.204,60
ATIVO PERMANENTE	93.630,99	89.266,83	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	159.976,01	-8.127,40

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY  
SEC DE AÇÃO SOCIAL  
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.  
TESOUREIRO  
103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 93ef7582-ce5e-458e-873d-fd4fd65fb62

# FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



4 de 4

### C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVO</b>		<b>649.634,13</b>	<b>0,00</b>
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		649.634,13	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>		<b>649.634,13</b>	<b>0,00</b>

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY  
SEC DE AÇÃO SOCIAL  
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.  
TESOUREIRO  
103.218.494-93

# FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

### D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

1 de 1

Exercício de 2021

#### ISOLADO:4 - FMAS BREJAO - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO

##### D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	<b>RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)</b>	<b>72.486,09</b>	<b>-78.600,74</b>
100	GERAL TOTAL	0,00	311,53
110	GERAL	63.207,60	35.007,50
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL	7,94	2.419,85
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	9.270,55	-116.339,62
54	<b>CONTRIBUICOES PROVIDENCIARIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)</b>	<b>0,00</b>	<b>-8.301,78</b>
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	0,00	-8.301,78
69	<b>CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PUBLICO (ORDINÁRIO)</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.693,50</b>
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	0,00	-3.693,50
81	<b>RECURSOS DE CONVENIOS (ORDINÁRIO)</b>	<b>-6.141,07</b>	<b>-6.798,21</b>
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	-6.141,07	-6.798,21
<b>TOTAL</b>		<b>66.345,02</b>	<b>-97.394,23</b>

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY  
SEC DE AÇÃO SOCIAL  
843.423.074-72

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA N.  
TESOUREIRO  
103.218.494-93





## Apresentação

O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

Segundo Marion (2004, p.52) “O Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada. É no balanço patrimonial que estão às informações de como anda a situação da



*empresa, sua rentabilidade a solvência, se tem capital de giro e por fim se consegue honrar suas dívidas, entre outras informações que podem ser extraídas.”* MARION, José Carlos, E.M. *Análise das demonstrações contábeis*. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2002

Para Assaf Neto (1981, p. 28), *“o balanço servirá como elemento de partida para o conhecimento retrospectivo da situação econômica e financeira de uma empresa, através das informações contidas nos seus vários grupos de contas”*. ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

As ferramentas contábeis disponíveis para a elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2021. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas





respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 147/2021, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE- PE, dentre elas a utilização dos da sigla “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2021, observamos que o total do Ativo Circulante (AC) foi de R\$ 149.509,64, enquanto o Ativo Não Circulante



(ANC) foi de R\$ 93.630,99. O Passivo Circulante (PC) apresentou o valor de R\$ 83.164,62, enquanto o Passivo Não Circulante (PNC), apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial, o balanço apresentou Patrimônio Líquido (PL) em 31/12/2021 de R\$ 159.976,01.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



## a) Informações Gerais:

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.628.090/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/05/1997
NOME EMPRESARIAL FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FMSB			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal			
LOGRADOURO PC MELQUIADES BERNARDES	NÚMERO 0	COMPLEMENTO *****	
CEP 55.325-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BREJAO	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO prefeiturabrejao@gmail.com		TELEFONE (87) 3789-1156/ (87) 3789-1132	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE BREJAO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/05/1997	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

**Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:** Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

**Consolidação das demonstrações contábeis:**

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.

**Dados do gestor (Prefeito do Município):**

Nome: Elisabeth Barros de Santana.

Cargo: Prefeita.

Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

**Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:**

Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com

**Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:**

Nome: SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA.

**Dados do Controlador Geral do Município:**

Nome: Julio César Sampaio.

**Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:**

Fiorilli – SCPI

**Endereço eletrônico do Portal da Transparência:**

www. <http://brejao.pe.gov.br/transparencia>

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: [https://eetec.tec.pe.gov.br/epi/validarDoc.seam?Codigo\\_documento=9217582-cc5e-458e-873d-fd4fd65fb62](https://eetec.tec.pe.gov.br/epi/validarDoc.seam?Codigo_documento=9217582-cc5e-458e-873d-fd4fd65fb62)



## B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### **b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 147/2021 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não

houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

**b.2.1 Bases de mensuração utilizadas:** O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.2 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.3 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.



**b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.5 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.7 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor





recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e**

**exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas



confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.





## C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 93e77582-ce5e-458e-873d-fd4fd65f62

### c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>149.509,64</b>	<b>139.810,37</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>148.145,64</b>	<b>138.446,37</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>		<b>148.145,64</b>	<b>138.446,37</b>
CONTA ÚNICA	F	111.186,71	103.357,89
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	36.958,93	35.088,48
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>1.364,00</b>	<b>1.364,00</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>1.364,00</b>	<b>1.364,00</b>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	1.364,00	1.364,00
<b>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ESTOQUES</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 1) ATIVO CIRCULANTE:** Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2021 foram de R\$ 149.509,64, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

**Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:** O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 148.145,64. O valor disponível apresentou diminuição de R\$ 9.699,27 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 138.446,37.

**Nota 03) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO:** Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2020, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

**Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:** Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
Divida Ativa Tributária		P
Dívida Ativa não tributária		
Créditos a Receber por reembolso de salário Maternidade pago		F
Créditos a Receber por reembolso de salário Família pago	R\$ 1.364,00	F
Outros Créditos a receber		P
Investimentos e aplicações temporárias a Curto Prazo		
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.364,00</b>	

**Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:** O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.



**Nota 6) ESTOQUE:** O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00.

<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>93.630,99</b>	<b>89.266,83</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>93.630,99</b>	<b>89.266,83</b>
<b>BENS MÓVEIS</b>		<b>109.584,60</b>	<b>100.757,10</b>
BENS DE INFORMÁTICA	P	14.097,68	13.747,78
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	65.585,18	65.585,18
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	9.364,07	9.364,07
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	20.537,67	12.060,07
<b>(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS</b>		<b>-15.953,61</b>	<b>-11.490,27</b>
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-15.953,61	-11.490,27
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DIFERIDO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE:** Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 93.630,99.

**Nota 9) IMOBILIZADO:** O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 93.630,99. No exercício de 2021. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 109.584,60, e R\$ 0,00 para bens imóveis, e ainda uma depreciação de R\$ 15.953,61 para bens móveis e R\$ 0,00 para bens imóveis ambos acumulativos compreendendo as ocorrência anuais e do exercício 2021.

**Nota 12) INTANGÍVEL:** Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis



PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>83.164,62</b>	<b>237.204,60</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>		<b>4.400,00</b>	<b>11.995,28</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>		<b>4.400,00</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL A PAGAR	F	4.400,00	0,00
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>		<b>0,00</b>	<b>11.995,28</b>
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	0,00	3.693,50
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	8.301,78
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>		<b>19.834,55</b>	<b>103.455,98</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ</b>		<b>19.834,55</b>	<b>103.455,98</b>
FORNECEDORES NACIONAIS	F	19.834,55	103.455,98
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PROVISÕES A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>		<b>58.930,07</b>	<b>121.753,34</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>		<b>58.930,07</b>	<b>121.753,34</b>
CONSIGNAÇÕES	F	57.542,24	121.753,34
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.387,83	0,00

**Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE:** As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2021 foram de R\$ 83.164,62.

**Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:** O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 4.400,00.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
PESSOAL A PAGAR	R\$ 4.400,00	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		F
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 4.400,00</b>	

**Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO):** Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2021. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

**Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:** Ao final do exercício de 2021 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 19.834,55 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi de R\$ 103.455,98.

**Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO:** Não foi constituída provisão a curto prazo:

**Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:** As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 57.542,24, depósitos não judiciais de R\$ 0,00, R\$ 0,00 outros Valores Restituíveis e Depósitos Judiciais R\$ 1.387,83 que totalizaram o valor de R\$ 58.930,07 .



PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>83.164,62</b>	<b>237.204,60</b>

**NOTA 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2021 foram de R\$ 0,00.

**Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO**

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 0,00.

Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
PESSOAL A PAGAR	R\$ 0,00	P
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	P
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	

**Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (A LONGO PRAZO):** Corresponde as dívidas decorrentes operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2021. Não houve registro de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

**Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:** Ao final do exercício de 2021 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi de R\$ 0,00.

Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ 0,00	P
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES	R\$ ,00	P
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	

**Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO:** Não foi constituída provisão a curto prazo:

**Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:** As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 0,00, depósitos não judiciais de R\$ 0,00, R\$ 0,00 outros Valores Restituíveis e Depósitos Judiciais R\$ 0,00 que totalizaram o valor de R\$ 850,00.







## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

**d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

**d.2. Divulgações não financeiras:**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

## E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

## F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

## G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 147/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

**G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e



provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**G.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:** Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

**G.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:** Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

**G.4.Transferência de Ativos:** Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

**G.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:** Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2019. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

**G.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:**

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

**G.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:**

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

**G.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:** Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

**G.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:** Não houve durante o exercício de 2021 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil

**G.10.Informações de Passivos Contingentes:** Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

**G.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

**G.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):** Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

**G.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):** Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário:**BRA Consultoria e Sistemas – Endereço: Av. José Monteiro de Figueiredo, 212 – Sala 702 - Bairro Duque de Caxias Cuiabá- MT – 78.043-300 - CNPJ/MF: 09.022.900/0001-04 .**

**G.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):** Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

**G.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:** Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

**G.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

**G.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.



**G. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):** Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

**G 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

**G. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):** O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

**G 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):**

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>

**G 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):** Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.





Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, LISABETH BARROS DE SANTANA, LEIDER MARCONI VIEIRA  
 Acesse em: https://stc.sp.gov.br/validador/seam/CodigoDocumento/367582-ces-4588-873d-fd4f-c951b62

## H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários				
AÇÃO	SUBAÇÃO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
AÇÃO	SUBAÇÃO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência				
AÇÃO	SUBAÇÃO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas				
AÇÃO	SUBAÇÃO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL



1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>7. Recolhimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>8. Recolhimento, mensuração e evidênciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Mensuração e evidênciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

Brejo-PE , 31 de dezembro de 2021.

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8